

## O nacionalismo linguístico em obras didáticas do Maranhão do século XIX

Linguistic nationalism in Maranhão's didactic books  
from the nineteenth century

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v5i2.26901>

*Yasmine Louro*

Mestranda em Teoria, Crítica e Comparatismo pela Universidade Federal do Tocantins. Graduada em Letras: Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, UEMASUL.

E-mail: [yasminelouro@outlook.com](mailto:yasminelouro@outlook.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4951-3339>

## RESUMO

Esta pesquisa iniciou-se pela necessidade de estudos sobre a gramaticografia maranhense do século XIX e pela relevância do passado para a identidade do povo maranhense. Tendo em vista as condições desfavoráveis da educação no Brasil, em particular no Maranhão na primeira metade do século XIX, foi relevante a publicação dos *corpora* da pesquisa, sendo estes: *Compendio da Grammatica Portugueza*, de Padre Antonio da Costa Duarte (1829); *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, de Filipe Benicio de Oliveira Conduru (1850); *Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portugueza pela Analyse dos Classicos* (1862) e *Grammatica Portugueza Accommodada aos Principios Geraes da Palavra Seguidos de Immediata Applicação Pratica* (1871), de Francisco Sotero dos Reis. Dessa forma, objetiva-se verificar a presença de nacionalismo linguístico no corpo das obras em análise. A fundamentação teórica desse artigo estrutura-se nos estudos realizados por Cabral (1984); Ribeiro (2000); Orlandi (2000); Guimarães (2005); e Melo (2012). A metodologia fundamenta-se nos princípios da Historiografia Linguística, ao contextualizar a economia, o social, a política e a educação no século XIX, para compreensão do período. Assim sendo, como resultados finais, obteve-se a seleção de vocábulos que determinam a presença de nacionalismo linguístico no *corpus* analisado. Dentre eles, palavras de matriz indígena, africana e substantivos próprios e adjetivos pátrios nacionais, assim como foi o processo de construção e inserção destes no cotidiano do povo maranhense.

**Palavras-chave:** Educação. Língua Portuguesa. Maranhão. Nacionalismo Linguístico. Historiografia Linguística.

## ABSTRACT

This research was initiated by the need of Maranhense grammarography studies from nineteenth century and the past relevance to identity Maranhão people. Considering the unfavorable education's conditions in Brazil, particularly in Maranhão, the books publication in first half of nineteenth century was relevant, and these were *Compendio da Grammatica Portugueza*, by Padre Antonio da Costa Duarte (1829); *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, by Filipe Benicio de Oliveira Conduru (1850); *Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portugueza pela Analyse dos Classicos* (1862) e *Grammatica Portugueza Accommodada aos Principios Geraes da Palavra Seguidos de Immediata Applicação Pratica* (1871), by Francisco Sotero dos Reis. This aims to verify the linguistic nationalism's presence in the works analyzed. The methodology is structured in the studies carried out by Cabral (1984); Ribeiro (2000); Orlandi (2000); Guimarães (2005); and Melo (2012). The

methodology is based on Linguistic Historiography's principles, aiming to contextualize the economy, social, politics and education in the nineteenth century, to understand the period. Therefore, as final results, we obtained the words selection that determine the linguistic nationalism's presence in the analyzed corpus. Among them, indigenous words, African words and proper nouns and adjectives national patria, as the process of construction and insertion in the daily life of the people from Maranhão.

**Keywords:** Education. Portuguese. Maranhão. Linguistic Nationalism. Linguistic Historiography.

## Introdução

No Brasil, durante o século XIX, conforme Nogueira (2009), havia uma tendência pela utilização da ortografia mista<sup>1</sup> nas produções acadêmicas. O gramático Antônio da Costa Duarte, em *Compendio da grammatica portugueza* (1829), defende a utilização da Ortografia Filosófica ou da Pronúncia, caracterizando-a como um “systema sem contradicção o de menos inconvenientes”, sendo característica desse a transcrição da palavra como pronunciada, omitindo dos vocábulos os estrangeirismos adquiridos.

Nesse período, a identidade nacional brasileira precisava ser reforçada mediante o desligamento político com Portugal. Desse modo, a academia maranhense entendeu que uma forma mais prática de inserir elementos patrióticos no cotidiano brasileiro seria a inserção de vocábulos nacionais nos manuais didáticos, sendo esses priorizados em detrimento dos manuais e gramáticas estrangeiras. Assim, de acordo com Castellanos (2013), o governo estadual remunerava professores que produziam materiais, estimulando a atualização do conteúdo para não haver concorrência entre o que era produzido no Brasil e o que o estrangeiro oferecia.

Nesse sentido, ressalta-se que com a Reforma do Ensino de 1827, segundo Guimarães (2005), as gramáticas produzidas em território brasileiro foram legitimadas. Com isso, gera-se um movimento identitário no país, recorrente das produções gramaticais voltadas ao teor nacionalista de construir história, de gerar a identidade nacional por meio de produção teórico-literária (ORLANDI, 2000). Em razão da necessidade do Estado de consolidar sua posição autônoma, a legitimação das gramáticas brasileiras foi um passo decisivo para estruturação do nacionalismo brasileiro. Por isso, considera-se que a produção de gramáticas nacionais foi um avanço na estrutura ideológica do país, desde que os brasileiros puderam produzir os seus próprios documentos, quando, antes, apenas consumiam o que era produzido pela Europa.

No Maranhão, os livros desenvolvidos por intelectuais locais tiveram ampla divulgação e representação nos ambientes de instrução pública e privada. Mesmo concorrendo com livros produzidos no exterior do país e no Brasil, havia uma predileção por aqueles produzidos na província, sendo utilizados na instrução e nos espaços de sociabilidade (CASTELLANOS, 2013).

Logo, as obras produzidas pelos professores provincianos, com predomínio do Liceu, eram impressas em diversas tipografias existentes no Maranhão, com destaque para a de Berlamino de Matos e a de Frias. A partir da década de 1860, observou-se uma grande produção local de obras destinadas

---

<sup>1</sup> Consoante à Nogueira (2009), ainda no século XIX a ortografia da Língua Portuguesa não havia sido fixada. A *ortografia mista* é uma prática que une o sistema etimológico, de origem erudita, com as tradições nacionais, de origem popular (LIMA, 2014).

ao ensino primário (CASTELLANOS, 2013). Portanto, a renovação constante de concepções, métodos e conteúdos dos autores de livros brasileiros e, particularmente, maranhenses, foi um reflexo das atualizações de obras estrangeiras, as quais representavam concorrência perigosa para o comércio recente das obras nacionais.

Com o movimento de valorização das temáticas regionais pela defesa da nacionalização dos materiais didáticos, permitir que as obras defasassem representava um retrocesso para o nacionalismo linguístico. Outro aspecto relevante, desenvolvido no último quartel do século XIX, foi o higienismo<sup>2</sup>, caracterizado como o primeiro esboço das normas de padronização para livros, que consistia na adaptação ou republicação de obras já presentes no mercado. Nessa ótica, conforme Castellanos (2013), os idealizadores acreditavam que, com a normatização das obras, as crianças teriam mais ímpeto para estudar.

Em razão da necessidade de contextualizar o período trabalhado, sendo esse a segunda metade do século XIX, o presente artigo divide-se em cinco seções, onde a primeira, *Gramaticografia e Historiografia Linguística*, expõe a metodologia da pesquisa; a segunda, *A educação brasileira no século XX*, trata do contexto social e político do Maranhão Colonial; a quarta, *O nacionalismo na construção das obras pedalinguísticas*, contextualiza-se o âmbito educacional maranhense; a quinta, *Vocábulos brasileiros presentes nas obras*, cataloga-se os vocábulos que indicam a presença do nacionalismo linguístico nas obras selecionadas.

Portanto, tendo-se conhecimento das informações introdutórias da pesquisa, poder-se-á prosseguir para a contextualização histórica do período.

## 1. Gramaticografia e Historiografia Linguística

Ao falar da língua portuguesa, no que se refere à memória coletiva, é necessário frisar que, mesmo após declarada a independência, em 1822, pelo ato de manter um representante da Coroa como líder pátrio, o Brasil não pode pôr em prática o ato de desprendimento dos costumes e tradições portuguesas. Dessa forma, pela constante comunicação com a elite acadêmica portuguesa, considerando a residência da família real na, até então, colônia, o país manteve questões ideológicas similares ao do colonizador. Assim, o domínio linguístico português manteve-se soberano por um tempo tão longo, em consequência da constante revitalização idiomática da língua portuguesa nas classes abastadas, que tinham acesso à educação na Europa, em detrimento do analfabetismo

---

<sup>2</sup> O *higienismo*, prática adotada pelo governo português em meados do século XIX, consistia na defesa da Saúde Pública, da Educação e no ensino de novos hábitos (GÓIS JUNIOR, 2007).

recorrente do desleixo educacional com as classes desfavorecidas livres nas províncias coloniais (CABRAL, 1984).

Em consequência do processo de criação do sentimento nacionalista por meio da produção de obras pedalinguísticas<sup>3</sup> brasileiras, particularmente, maranhenses, é relevante a análise das obras selecionadas. Nesse sentido, para que ocorra a averiguação de presença ou não de nacionalismo, que é simbolizado por inserção de traços regionalistas no *corpus* das mesmas, é relevante verificar a presença de movimento nacionalista de valorização das diferenças regionais na educação brasileira, particularmente, maranhenses do século XIX.

Para tanto, a Metodologia é embasada em Historiografia Linguística, partindo do princípio que se a História se resume a narrar fatos, a Historiografia tem como função o registro dos acontecimentos sem questionamentos e problematizações (NOGUEIRA, 2012).

As primeiras etapas de atividades consistiram em revisão bibliográfica e levantamento de dados referente à localização das obras, com finalidade de obter informações referentes às bibliotecas que foram visitadas, dentre as quais estão: a Biblioteca Municipal de Imperatriz; Biblioteca Municipal de Belém; o acervo literário da Academia Imperatrizense de Letras; bem como as bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Universidade Federal do Pará - UFPA e Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL.

Dessa maneira, as informações foram sistematizadas de forma a subsidiar e criar condições de análise das obras, fazendo-se necessário, inicialmente, realizar pesquisas para compreensão das mesmas, como exemplo, reconhecer o clima intelectual da época, por meio de estudos referentes aos âmbitos socioeconômicos, político, cultural e educacional. Nesse sentido, Köerner (1996) considera relevante a compreensão do “clima de opinião geral” do período em que as teorias foram desenvolvidas. Neste trabalho, foi investigado o contexto histórico brasileiro e, particularmente, maranhense, desenvolvendo o princípio da *contextualização*.

Após a pesquisa bibliográfica, foi-se efetuada a seleção de material, leitura e fichamento das obras. Uma vez conclusa, iniciou-se a elaboração de textos científicos com a descrição do momento político, social, econômico, ideológico e educacional do período nas localidades já citadas. Assim, esta pesquisa visa contribuir para o avanço de materiais teóricos, os quais tem como principais objetos de estudo as gramáticas e manuais didáticos maranhenses do século XIX. Após esta etapa, foi realizada a catalogação deste material, a partir do preenchimento da ficha de catalogação, que possui informações como data e local de publicação da obra, autoria, impacto no período, influências de outros autores e obras.

---

<sup>3</sup> De acordo com Bastos (2012), obras *pedalinguísticas* é resultante de uma sequência de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que interferem no campo das línguas e, conseqüentemente, do ensino..

Com a conclusão das etapas mencionadas, iniciaram-se as análises das obras, tratando-se do princípio da *imanência* que, segundo Nogueira (2015), estabelece um entendimento global histórico e crítico do contexto linguístico em análise.

Após a apresentação da metodologia do estudo, poder-se-á prosseguir para a seção de *contextualização*.

## 2. A educação no Maranhão no século XIX

Na província maranhense, o ensino jesuítico foi predominante entre 1549 a 1759. Em consequência da expulsão dos jesuítas da colônia, houve o dismantelo do sistema educacional (CABRAL, 1984). Durante a permanência dos jesuítas, foram construídas escolas de primeiras letras para o ensino da leitura e da escrita, seminários e colégios, onde puderam ofertar cursos de bacharelado e licenciatura. Mediante desinteresse do governo português com a escolaridade dos cidadãos da colônia, a maioria das instituições fundadas pelos jesuítas foram fechadas após sua expulsão, isso porque, de acordo com Dores (2016, p. 42), o objetivo das mudanças “deveria ser a modernização do ensino”.

Em decorrência do desenvolvimento econômico da exportação agrícola, as famílias latifundiárias, no começo do século XIX, detiveram meios de enviar os seus filhos para instituições educacionais europeias. Isso possibilitou a construção de uma elite acadêmica que gerou, em São Luís, “a formação de um ambiente cultural de alto nível”, segundo Cabral (1984, p. 29). Porém, os rapazes maranhenses eram, normalmente, enviados para Portugal, Inglaterra e França para receberem uma educação de qualidade.

Com a Independência do Brasil, a Coroa viu-se forçada a pensar na criação de um sistema educacional nacional, pois “a conquista da autonomia política impunha exigências à organização educacional”, conforme Ribeiro (2000, p. 45), possibilitando o acesso das crianças provenientes de famílias carentes livres ao letramento. Afinal, a descrença no ensino público estava fundamentada na impossibilidade de ser ofertada de forma progressista e libertadora.

Dessa forma, o desenvolvimento do artigo objetiva descrever a produção e caracterização do conhecimento linguístico em foco, no caso, o nacionalismo linguístico, por meio dos procedimentos da Historiografia Linguística, de acordo com a conjuntura social e cultural do país no período, seguindo os princípios propostos por Köerner (1996), de *contextualização* e *imanência*. Portanto, para análise dos documentos selecionados, verificou se as gramáticas e os manuais didáticos indicam

compasso ou descompasso, revelando o percurso historiográfico da língua portuguesa no Brasil, particularmente no Maranhão, no período investigado.

Dessa forma, apesar de representar um grande avanço para a educação brasileira, a Lei da Instrução restringiu a criação de escolas de primeiras letras às cidades, às vilas e aos lugarejos com maior população, ensinando com o método Lancaster, adotado como a forma de reverter a questão da inabilidade estatal de formar professores na província. Com isso, a criação da Escola Normal foi amplamente debatida ao longo do século XIX. Sendo assim, a primeira tentativa de criá-la foi em 1839 com o envio do pedagogo e, posteriormente, gramático Filipe Benício de Oliveira Conduru, para a França, em 1838, a fim de aprender o método do ensino mútuo. Contudo, exatamente por “exigir práticas inadequadas à realidade social na qual estavam inseridas”, como aponta Oliveira (2004, p. 49), e por falta de alunos recorrente da desvalorização da carreira do magistério, a Escola Normal foi fechada quatro anos após sua abertura. Além disso, o ano de 1838 foi marcado pela criação do Liceu Maranhense pelo presidente Dr. Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo.

Um evento que aproximou a solidificação da academia brasileira, no século XIX, foi a aprovação e legitimação das gramáticas e dicionários de língua portuguesa, produzidos no país, na década de 1820 (GUIMARÃES, 2005). Isso possibilitou a tomada de posição dos gramáticos como construtores da história, identidade e Estado brasileiro, como também “na organização da sociedade brasileira com suas instituições em que as do saber ocupam um lugar importante” (ORLANDI, 2000, p. 30).

Em 02 de dezembro de 1870, em São Luís, foi criada a Sociedade Onze de Agosto por iniciativa de Almeida Oliveira e João Antonio Coqueiro, com o objetivo de ofertar cursos de alfabetização noturnos e gratuitos aos operários da cidade, pela Escola Pública de Primeiras Letras Onze de Agosto. Quatro anos depois, fundaram, com aval da Lei nº 1088 de 19 de julho de 1874, o Curso Normal que abolia o ensino mútuo a favor de preleções claras. Ademais, utilizava-se o método Pestaloziano<sup>4</sup>, até então muito comum nos Estados Unidos e na Europa, que exigia do professor o domínio das práticas destinadas à sua aplicação, porém, segundo Melo (2012), o Curso Normal declarou falência anos depois.

Para Melo (2012), uma tendência observada na história brasileira é a tentativa de reproduzir sucessos estrangeiros no âmbito educacional nacional, sendo que o país não possuía as mesmas condições para aplicação. Acerca do assunto, Nogueira (2004) destaca que um ensino de língua portuguesa para nativos brasileiros foi um ramo pouco explorado no século XIX. Desse modo, não há investimento suficiente para suprir as necessidades do país e, com relação à formação profissional, na província do Maranhão, por exemplo, passaram-se quase setenta anos para que uma Escola Normal

---

<sup>4</sup> Segundo Melo (2012), o Método de Pestalozzi consistia na observação e na percepção sensorial como base da instrução.

criada fosse bem-sucedida em seus esforços. No que concerne ao século XIX, a educação, em todo o país, não estava voltada para a população carente, mas para a burguesia imperial acostumada com os moldes aristocráticos acadêmicos, que não permitiriam que o padrão fosse mudado, principalmente se a mudança favorecesse ao grupo minoritário.

O purismo linguístico, ideologia gerada em consequência da preferência pela pureza do idioma, fomentada no século XIX, possui várias definições. Nesse sentido, Leite (1999) defende que seja o ato da superioridade da fala e da escrita, em comparação com a pobreza gramatical de outro grupo, enquanto Jota (1981) afirma que purismo linguístico seja a negação por tudo aquilo que altera o idioma, incluindo não apenas estrangeirismo, como também neologismos locais. Essa prática, difundida pela elite acadêmica portuguesa e brasileira, no século XIX, alterou o âmbito educacional social quando impôs aos educadores a obrigatoriedade da substituição das palavras estrangeiras por vocábulos criados, exclusivamente, para esta função (MAZZOLLINI, 2015).

Nesse contexto, a instrução maranhense foi amplamente debatida pela elite acadêmica durante todo o século XIX. Na primeira metade do século, os problemas surgidos no período em consequência da Lei de Instrução de 15 de outubro de 1827, que tornava o ensino primário obrigatório para todos os homens, não pareciam próximos de ser resolvidos. Sobre isso, o Presidente Manoel Felisardo de Sousa e Melo, responsável pela província maranhense em 1838, ao comentar sobre as dificuldades do ensino na província, destacou que a falta de uniformidade do método e de materiais didáticos usado em sala de aula geravam conflito na aprendizagem.

Com a Reforma do Ensino de 1874, que focalizou nos procedimentos e nas práticas de ensino por meio dos livros escolares, foi criado o Conselho de Instrução Pública, formado por professores do Liceu em conjunto com dois professores públicos primários, que emitiam pareceres de aprovação dos livros e compêndios a serem adotados nas escolas públicas de primeiro e segundo grau. Enquanto isso, os livros utilizados no Liceu eram escolhidos por um órgão interno, chamado de Congregação. Assim, o Presidente da Província sancionava ou vetava a aprovação, adoção e a distribuição dos livros, segundo as indicações do Inspetor. Contudo, os demais materiais escolares específicos para cada período das escolas da capital e do interior eram escolhidos pelos professores e delegados literários, responsáveis por orçar as despesas gerais e encaminhar para a Inspetoria (CASTELLANOS, 2013).

A utilização de bons livros didáticos foi ressaltada pelo Presidente Magalhães Tanques como uma das prioridades para se ter um ensino com resultados positivos, de acordo com Castellanos (2013). Desse modo, foi reconhecido que o desenvolvimento da instrução dependia, em grande parte, da distribuição de compêndios impressos no Maranhão ou importados de outras províncias. Posteriormente, foi delegado aos Inspetores da Instrução a função de fazerem compras do material didático e, depois, notificarem ao tesouro nacional o valor para serem ressarcidos.

Tendo-se conhecimento sobre as condições da educação maranhense do século XIX, poder-se-á prosseguir para a construção do nacionalismo nas obras didáticas e os responsáveis por tal feito.

### 3. Autores, produtores de conhecimento

Em razão de o governo ser o principal comprador de livros didáticos para disponibilização para as crianças carentes, os escritores, impressores, assim como professores, adquiriram reconhecimento social pela publicação e pela adoção de suas obras, acarretando o desenvolvimento de um comércio, partindo da criação recorrente de novos livros.

Diante disso, dentre os professores que adquiriram reconhecimento social em decorrência de sua atividade acadêmica, está Padre Antônio da Costa Duarte, nascido no final do século XVIII, tendo sido presbítero do hábito de São Pedro, entretanto, segundo Araújo (2003), não há registro da data do seu falecimento. Duarte escreveu uma das primeiras gramáticas de língua portuguesa do Brasil, em 1829, nomeada *Compendio da grammatica portuguesa*, tendo sido, posteriormente, renomeada como *Compendio da grammatica philosophica da lingua portuguesa*.

Outra personalidade influente na produção de gramáticas foi Francisco Sotero dos Reis, nascido em 22 de abril de 1800, em São Luís, e falecido em 1871. Foi gramático, inspetor da Instrução Pública e diretor do Liceu Maranhense em 1841. Frequentou o colégio de primeiras letras, contudo, não deu continuidade aos estudos, desenvolvendo o autodidatismo. Pretendia estudar medicina na França, mas, com a morte do pai, desistiu e começou a dar aula de latim e francês em casa. Posterior ao falecimento do pai, lecionou gramática latina no *Collegio D'instrução*, aos 21 anos, sendo aprovado em concurso público em 1844, tornando-se o primeiro professor concursado depois da independência brasileira. Por conseguinte, escreveu artigos em periódicos políticos e liderou o Grupo Maranhense, composto por intelectuais da província. Além disso, foi autor da *Postillas de grammatica geral, applicada á lingua portugueza pela analyse dos clássicos*, de 1862, e da *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*, de 1871 (NOGUEIRA, 2009).

Outro professor influente, no Maranhão Imperial, foi Filipe Benicio de Oliveira Conduru, nascido em 23 de agosto de 1818, em São Bento dos Peris, e falecido no dia 12 de novembro de 1878. Foi pedagogo, educador, inspetor escolar e conselheiro da Instrução Pública. Além disso, recebeu a descrição de “sujeito de reconhecida e indisputável habilidade para aprender” do Presidente da Província. No mais, com dez anos de idade foi enviado para São Luís para concluir os estudos, até então ministrados pelo seu pai. Um pouco depois, iniciou os estudos de Pedagogia em Paris, custeados pelo governo provinciano, com o intuito de aprender e lecionar o método Lancaster na primeira Escola Normal do Maranhão, criada em 1839, a qual dirigiu durante os quatro anos em que esteve

aberta. Além disso, escreveu a *Grammatica elementar da lingua portugueza*, de 1850, republicada em dezesseis edições, a qual foi aprovada pelo Inspetor de Instrução pública para uso das Escolas das Primeiras Letras da província do Maranhão, assim como pelo Conselho de Instrução Pública para uso do Liceu, colégios e aulas de instrução primária na província do Pará (NOGUEIRA, 2009).

Apresentados os professores influentes no período, poder-se-á prosseguir para a contextualização da educação maranhense na segunda metade do século XIX.

#### 4. O nacionalismo na construção das obras pedalinguísticas

Com a manutenção dos costumes submetidos pela presença portuguesa na colônia, mesmo antes da independência do Brasil, em 1822, a Coroa tomava medidas para alterar e normatizar o idioma falado e escrito em território colonizado. Também foram muitas as prevenções tomadas pelo Estado para impedir a descaracterização da língua portuguesa, entre elas a proibição da língua geral na colônia, em 1757, instigada pelo Marquês de Pombal, ministro de Dom José I (GUIMARÃES, 2005). Ademais, foi uma tentativa de evitar que houvesse uma miscigenação linguística entre os vários dialetos indígenas, africanos e portugueses que circulavam em território brasileiro no período.

Outra medida preventiva para evitar a vulgarização do idioma foi que, após a invasão francesa a Portugal, em 1807, os pensadores portugueses do período passaram a condenar o que eles denominaram “estrangeirismos”. Desta forma, Câmara Junior (1991, p. 131) descreveu a resistência ao estrangeirismo como:

De um ponto de vista assim teoricamente falso, passa-se a rejeitar tudo aquilo comumente usado, mas que resulta de uma influência estrangeira ou da generalização do que foi de início um erro individual, um vulgarismo ou um regionalismo. Em português, a norma culta tem-se deixado conduzir, neste particular, para uma posição de excessiva hostilidade contra os estrangeirismos.

O estrangeirismo não foi a única ameaça ao governo português no século XIX, desde que a França influenciou os costumes maranhenses, incluindo o idioma, quando invadiu o território da colônia, no início do século XVII. Ao estimular os traços identitários nacionais, o governo tentava impedir que a influência externa à Portugal e, conseqüentemente, a soberania estrangeira, fosse mais forte do que a portuguesas (MAZZOLLINI, 2005).

Assim, a província maranhense compartilhava das mesmas ideias do resto do território brasileiro, como afirma Melo (2012). O que a nobreza poderia controlar, na época, era, justamente, a forma como o povo poderia expressar-se. Durante o período do século XIX e XX, seja em Portugal ou no Brasil, até mesmo os nomes dos autores estrangeiros eram aporuguesados (AMARAL, 1994).

Posteriormente à Reforma do Ensino de 1855, o ensino da gramática tornou-se uma disciplina obrigatória. Segundo Orlandi (2000), a gramática é um local de construção e de representação da unidade estatal e da identidade nacional, o que, conseqüentemente, dá forma tanto à língua quanto à Nação e ao Estado.

A partir da década de 1860, foi observado um eventual aumento da produção literária didática, em ocasião da concorrência com os compêndios estrangeiros. Como resultado, escritores locais não poderiam permitir que suas obras estagnassem, enquanto os autores do exterior continuavam a atualizar os seus compêndios. De tal forma que, com a renovação das concepções, dos métodos e dos conteúdos, os escritores nacionais puderam inserir traços de pedagogia moderna atrelados a aspectos inerentes à nacionalidade a cada nova edição de seus materiais.

Por consequência disso, houve o reconhecimento de que a uniformidade do ensino e o desenvolvimento da educação maranhense dependeriam, em grande parte, da distribuição de livros impressos no Maranhão ou importados de outras províncias brasileiras. Porquanto, uma medida para ocorrer a circulação desses livros foi a autorização concedida aos Inspectores da Instrução de realizarem compras do material para, posteriormente, serem ressarcidos pelos cofres públicos.

Com a apresentação da *contextualização*, prosseguir-se-á a fase de *imanência*.

## 5. Vocábulos brasileiros presentes nas obras

No século XIX, a língua portuguesa falada no Brasil era caracterizada como uma língua mista, sem um sistema normativo estabelecido, esclarece Nogueira (2009), tornando instável o controle do que era ou não considerado vernáculo.

Como resultados, identificamos que, na obra de Duarte (1829) foi encontrado o vocábulo *Brazil* assim como o adjetivo pátrio *brazileiro* (DUARTE, 1829). A presença de vocábulos provindos do tupi-guarani é forte na obra do autor, pois encontram-se no *Compendio da grammatica portuguesa* a expressão *jacaré* (DUARTE, 1829, p. 15), do tupi-guarani *jaeça-caré* ou “o que olha de banda” e *sabiá*, do tupi-guarani *sawi'a* ou “pintado”, animais comuns à fauna brasileira; *caju*, do tupi-guarani *caá-ju* ou “mato de folhas” e *bucuri*, de escrita atual bacuri, do tupi-guarani *guri* ou “garoto”; frutas comuns no Brasil, e; *Itapucuru*, do tupi-guarani “laje caroçuda”.

Na *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* (1871), Francisco Sotero dos Reis explica que “o único systema racional, e o único seguido pelos bons auctores, é o da orthographia mixta”, pois consegue manter a originalidade da língua materna sem alterar a morfologia de palavras estrangeiras inseridas no idioma. Adiante, na

*Grammatica elementar da lingua portugueza* (1888), de Filippe Benicio de Oliveira Conduru, o gramático insere que “o systema de Orthographia mais geralmente seguido é o que tem por base da derivação das palavras ou etymológico”. Portanto, é relevante a compreensão do posicionamento do gramático quanto ao padrão ortográfico utilizado em sua obra para análise dos vocábulos inseridos com grafia diferente.

Na *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra*, de Reis (1871), foram encontradas *japi*; *Ibiapaba*, do tupi-guarani *yby'ababa* ou “terra fendida”; *cipó*, do tupi-guarani *ici'fila* ou “pó-fileira” e *Condurú*, do tupi-guarani *kondurú*. Também foram citadas tribos indígenas brasileiras nas *Postillas de grammatica geral*, de Reis (1862), sendo estas *Tupinambás*, *Poquiguaras* e *Tabajarás*. Assim como, pela herança cultural indígena atribuída ao Brasil, palavras de origem tupi-guarani foram inseridas na gramática com fins nacionalistas. Na *Grammatica elementar da lingua portuguesa*, de Condurú (1850), foram encontradas *itacolumin*, que significa “menino de pedra”; *japi*, que significa “aquele que é ruidoso”; e *cotia*, originário do termo *aku'ti*, sendo estes animais comuns à fauna brasileira.

Com a presença de regionalismos identificados pela análise da obra, pode-se confirmar que a tentativa de inserir nacionalismo nos manuais didáticos utilizados no período foi bem-sucedida. Assim sendo, na obra analisada esteve presente o vocábulo *Brazil*, sendo esta uma forma de inserir os cidadãos na realidade de nação.

Com isso, podemos observar que, através do século XIX, foram criadas múltiplas maneiras de estruturar o nacionalismo linguístico. Desse modo, o estímulo de inserir nas obras locais traços nacionais exclusivos é uma prova inegável da tentativa de caracterizar o povo brasileiro e conscientizá-lo da sua posição como cidadão.

## Considerações Finais

A utilização de vocábulos genuinamente brasileiros atribuíram uma identidade ao povo brasileiro por meio dos manuais didáticos adotados. A herança indígena passou a ser valorizada entre os brasileiros mediante a inserção das palavras no vocabulário popular para reconhecimento do quão entrelaçados estavam com o passado cultural subjugado pelos costumes europeus. Desse modo, utilizar adjetivos pátrios e substantivos próprios, sendo estes nomes de estados brasileiros, contribuiu para reconhecerem-se como nação.

Para Certeau (1994), os livros escolares representam um dispositivo cultural material que orienta o professor nas formas de fazer o ensinar e um instrumento de aprendizagem para o aluno que estimula as mais variadas formas de criar no ato de aprender. Desse modo, com a inserção de

elementos nacionais nas obras pedalinguísticas utilizadas em salas de aula, a academia auxilia na criação e, posteriormente, na manutenção de tradições e costumes patrióticos. No século XIX, a legitimação das gramáticas permitiu aos cidadãos e gramáticos brasileiros a construção da história do seu país por meio da produção de ferramentas e mecanismos de instrução.

Além disso, com a Lei de Instrução de 15 de outubro de 1827, todas as escolas da província receberiam o mesmo material, uniformizando as ferramentas de ensino. Tal decisão tornava mais prática a aplicação e utilização de obras locais, uma vez que a elite acadêmica maranhense estava em constante comunicação e aqueles com maiores posições governamentais procuravam priorizar os seus conhecidos, como foi o caso de José da Silva Maia, Inspetor da Instrução Pública, indicando a gramática de Francisco Sotero dos Reis como obra obrigatória para estudo dos futuros professores.

Com isso, o livro escolar maranhense foi transformado em um instrumento privilegiado de controle estatal sobre o ensino e aprendizado dos diferentes níveis escolares, uma vez que o texto foi transformado em mercadoria. Conseqüentemente, os escritores, professores e impressores de tipografia adquiriram reconhecimento e prestígio social ao conseguir disponibilizar e vender os seus livros para o governo repassar para as crianças carentes.

## Referências bibliográficas

- AMARAL, Vasco Botelho de. **Cultura, defesa e expansão da língua portuguesa**. Lisboa: Revista de Portugal, 1944.
- ARAÚJO, Antonio Martins de. **A herança de João de Barros e outros estados**. São Luís: Ed. AML, 2003.
- BASTOS, Neusa. Classes gramaticais: um tratamento histórico – século XX. **Limite**, n° 6, p. 237-258, 2012. Disponível em: <http://www.revistalimite.es/volumen%206/12bast.pdf>. Acesso em: 03 ago 2019.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1984.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. Os Livros Escolares nas Instituições de Ensino no Maranhão Imperial. In: **Cadernos do CBHE**, 7. ed., Cuiabá: Sociedade Brasileira da História da Educação, 2013.
- CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

- CONDURU, Filipe Benício de Oliveira. **Grammatica elementar da lingua portugueza**. 13. ed. São Luís: Typhographia Paiz, 1988.
- DORES, Marcus Vinícius Pereira. Um estudo comparativo sobre a classe gramatical “nome” nas gramáticas de João de Barros (1540) e de Reis Lobato (1770). **Caletrosópio**, v. 4, n° Especial, 2016. Disponível em: <http://caletrosopio.ufop.br/index.php/caletrosopio/article/view/147/94>. Acesso em: 03 ago 2019.
- DUARTE, Antonio da Costa. **Compendio da grammatica portugueza**. São Luís: Typographia Nacional, 1829.
- GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. In: **Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 10. ed. Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos\\_PDF/Edivaldo\\_Gois\\_Jr.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Gois_Jr.pdf). Acesso em: 5 ago 2019.
- GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**.v. 57, n° 2, p. 24-28, 2005. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200015&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200015&script=sci_arttext). Acesso em: 10 dez 2016.
- JOTA, Zélio dos Santos. **Dicionário de linguística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.
- KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Lingüística**. n° 2, p. 45-70, 1996. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/289940450\\_Questoes\\_que\\_persistem\\_em\\_Historiografia\\_Linguistica](https://www.researchgate.net/publication/289940450_Questoes_que_persistem_em_Historiografia_Linguistica). Acesso em: 03 ago 2019.
- LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 79-113.
- LESSA, Carlos. Nação e Nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100016&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100016&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 03 ago 2019.
- LIMA, Alexandre Xavier. **Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas**. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.posvernaculas.lettras.ufrj.br/images/Posvernaculas/4-doutorado/teses/2014/1-LimaAX-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em: 03 ago 2019.
- MAZZOLINI, Vitor César de Oliveira. **Empréstimo Linguístico e Purismo**. Fraseologia, Terminologia e Semântica, Rio de Janeiro: CiFEFil, 2015.
- MELO, Sandra Maria Barros Alves. **Percorso Histórico da Formação de Professores para a Escola Primária no Maranhão: Império e República Velha**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa, n° 4, 2012, p.

4741-4756. Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.09.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.09.pdf). Acesso em: 10 dez 2016.

NOGUEIRA, Sônia Maria; BASTOS, Neusa Maria O. Barbosa. Língua Portuguesa no Maranhão: Um percurso historiográfico do século XIX. *Linha D'Água*, n° 17, p. 49-64, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i17p49-64>.

NOGUEIRA, Sônia Maria. **Língua Portuguesa no Maranhão do século XX sob o enfoque historiográfico**. São Luís: EDUEMA, 2015.

NOGUEIRA, Sônia Maria. Estudos Historiográficos e o Ensino da Língua Portuguesa. *In: Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro, v. 13, n° 4, 2009. p. 1408-1425. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII\\_CNLF\\_04/tomo\\_2/estudos\\_historiograficos\\_e\\_o\\_ensino\\_SONIA.pdf](http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII_CNLF_04/tomo_2/estudos_historiograficos_e_o_ensino_SONIA.pdf). Acesso em: 10 dez 2016.

OLIVEIRA, Rosângela Silva. **Do contexto histórico às idéias pedagógicas predominantes na escola normal maranhense e no processo de formação das normalistas na primeira república**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

ORLANDI, Eni P. Metalinguagem e Gramatização no Brasil: Gramática-Filologia-Linguística. *Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística*. Campinas, v. 8, n° 1, p. 29-39, 2000.

REIS, Francisco Sotero dos. **Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portueza pela Analyse dos Classicos**. 2. ed. São Luís: Livraria de Magalhães & Cia., 1862.

REIS, Francisco Sotero dos. **Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica**. 2. ed. São Luís: Livraria de Magalhães & Cia., 1871.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 16. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

VIEIRA, Nanci Rita Ferreira; NEIVA, Luciano Santos. Representações nacionalistas na formação histórico-literária brasileira. *Ipotesi*. v. 18, n° 1, p. 63-72, 2014. Disponível em: [http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2015/05/art-5-IPOTESI\\_18\\_1.pdf](http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2015/05/art-5-IPOTESI_18_1.pdf). Acesso em: 20 nov 2016.